

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657789>

DOI: 10.20396/lil.v44i0.8657789

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2019 by UNICAMP/IEL. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

MPL E MBL: A AVENIDA PAULISTA E O MOVIMENTO ANTES DE P E B – UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO ALGORÍTMICA

Guilherme Ferragut*
UNICAMP

Resumo: Este artigo, filiado à teoria da Análise de Discurso, analisa duas imagens da ocupação da Avenida Paulista: a primeira, em 2013, pelo Movimento Passe Livre (MPL), e a segunda, em 2016, pelo Movimento Brasil Livre (MBL). Para essa análise, mobilizaremos alguns conceitos do campo da AD, como formação discursiva, memória discursiva, memória metálica, imagem, memória digital, para avançarmos teórica e analiticamente sobre aquilo que Dias (2011) nos explica ao afirmar que a cidade é modificada pelo digital. Para tal, mobilizaremos também a noção de condições de produção, trazida por Pêcheux em seu livro AAD-69, e que é essencial para pensarmos as questões aqui colocadas em jogo. Quando pensamos, hoje, em como o autor já se debruçava em interrogações que envolviam o discurso digital, acreditamos olhar para tais questões na tentativa de criar novos dispositivos de análise que auxiliem na compreensão dos avanços alcançados na área.

Abstract: This article, affiliated with the Discourse Analysis theory, analyzes two photos of the occupation of Avenida Paulista: the first, in 2013, by the Free Pass Movement (MPL), and the second, in 2016, by the Free Brazil Movement (MBL). For this analysis, we will mobilize some concepts from the field of AD, such as discursive formation, discursive memory, metallic memory, image, digital memory, to move theoretically and analytically on what Dias (2011) explains to us by stating that the city is modified by digital. To this end, we will also mobilize the notion of conditions of production, brought by Pêcheux in his book AAD-69, which is essential for thinking about the questions posed here. When we think today about how the author was already addressing questions that involved digital discourse, we believe that



looking at such questions, in an attempt to create new analytical devices that help in understanding the advances achieved in the area.

1. Facebook e os algoritmos

O Facebook, rede social criada em 2004, foi a principal plataforma de mobilização social nas manifestações de 2013 e 2016. Nele eram criados eventos que alcançavam um grande número de pessoas, ao se expandirem por curtidas ou confirmações de presença ou de interesse no evento. Porém, dentro dessa lógica em que tudo parece estar disponível para todos dentro do Facebook, cabem algumas perguntas: todos receberam esses eventos em seus *feeds* de notícia? Se não receberam, por quê?

Para responder a primeira pergunta, temos que pensar em como o Facebook escolhe quem vai, ou não, receber em seus *feeds* determinadas publicações ainda que sejam de páginas que o usuário siga, e, dessa forma, iniciamos a resposta da segunda pergunta. Para realizar essa filtragem de quem recebe o quê dentro da rede social, o Facebook utiliza um algoritmo chamado EdgeRank, conforme nos explica Pariser (2012):

O EdgeRank classifica todas as interações ocorridas no site. A matemática é complicada, mas a ideia básica é bastante simples, baseando-se em três fatores. O primeiro é a afinidade: quanto mais próxima a nossa amizade com alguém – o que é determinado pelo tempo que passamos interagindo com a pessoa e investigando seu perfil –, maior será a probabilidade de que o Facebook nos mostre suas atualizações. O segundo é o peso relativo de cada tipo de conteúdo: atualizações sobre relacionamentos, por exemplo, têm peso grande; todos gostam de saber quem está namorando quem (muitos observadores suspeitam que esse peso também seja personalizado: pessoas diferentes dão mais ou menos importância a cada tipo de conteúdo). O terceiro é o tempo: itens mais recentes têm mais peso do que postagens mais antigas. (PARISER, 2012, p. 39)

Com base nessa explicação não é possível afirmar com certeza que todos receberam notificações convidando-os para os protestos, tanto em 2013 quanto em 2016. Isso porque, para que isso acontecesse, seria necessário que todos tivessem o mesmo nível de interação com as páginas dos movimentos, conforme explica Pariser no trecho acima. E aqui, colocamos outra questão: como o Facebook chegou à

“fórmula mágica” de seu EdgeRank? Como se constrói uma rede de sentidos que possam significar de forma que uma série de dados coletados sobre um sujeito seja suficiente para definir que tipo de conteúdo ele receberá em sua rede social?

Para responder a essas perguntas teremos que pensar a base em que foi construída a internet e a forma como isso atravessa o desenvolvimento do algoritmo do Facebook e um consequente apagamento dos sujeitos. Conforme trabalhamos em nossa dissertação (FERRAGUT, 2018), a ideia de que se pode representar o pensamento humano através de esquemas elétricos e mecânicos tem relação direta com o conceito de ecossistema criado por Tansley (1935) e a ideia de autorregulação desse ecossistema.

Para o botânico inglês, segundo nos explicam Kato e Martins (2016), os ecossistemas se desenvolvem em direção a uma maior integração e estabilidade, o clímax. Em outras palavras, haveria na natureza um equilíbrio a ser alcançado, e para atingi-lo bastaria a não-intervenção de qualquer agente externo. E caso houvesse alguma intervenção, bastaria afastar esse agente e em algum tempo se atingiria esse mesmo ponto ideal.

De acordo com Matoso (2015), não demorou muito para que esse conceito de estabilidade através de retroalimentação dos componentes de um sistema avançasse para áreas como a engenharia, na década de 1960. O exemplo trazido pelo pesquisador português trata de Jay Forrester (engenheiro eletricitista do Massachusetts Institute of Technology, o MIT), que junto com sua equipe “desenvolveu a ideia de Tansley aplicando-a à isomorfia entre cérebro, cidades e sociedades, na sua teoria de sistemas dinâmicos entendidos como redes controladas de *feedbacks*” (MATOSO, 2015, p. 17).

Já na década de 1970, com o desenvolvimento de *softwares*, foram feitas diversas tentativas de alimentá-los com dados colhidos da natureza para prever como esses ecossistemas se comportariam no futuro. Desde muito cedo, porém, essas ideias de simplificação da natureza em dados para alimentar sistemas e criar modelos de futuras variações têm sido contestadas. É o que nos explicam Naime e Spilke:

O problema é inserir todas as variáveis que estarão presentes no crescimento da população e o comportamento matemático de cada uma delas, bem como o resultado sinérgico que

apresentam quando reunidas. Esse fenômeno, atualmente, é bem conhecido e descrito na biologia. Tem a denominação solene de “Princípio das propriedades emergentes” e representa exatamente essa ideia. Quando se faz dois fatores interagirem, eles não apenas causam resultados individualmente, como produzem uma sinergia que modifica os seus resultados considerados isoladamente e, frequentemente, originam outros fatores novos que também interagem, tornando os processos de redução a equações, sejam elas simples ou complexas, extremamente inadequadas para registrar as ocorrências (SPILK e NAIME, 2012, p. 44).

Ou seja, pelo que pudemos ver até este ponto, as tentativas de representar a natureza e a sociedade através de equações, embora amplamente utilizadas, são alvo de duras críticas e, mais importante que isso, devem ser consideradas simplificações daquilo que tentam representar. Mas essas tentativas de simplificação são apenas uma parte das ideias de Tansley que foram usadas em outras áreas além da biologia. Outra parte, e certamente a que mais nos interessa, diz respeito ao princípio de autorregulação e retroalimentação.

Ainda segundo Matoso (2015), as ideias de autorregulação não demoraram para ser pensadas como forma de existir da sociedade. Conforme nos explica o autor, esse atravessamento pode ser percebido em ideais como os do movimento *hippie*, que acreditava que a não interferência de instituições como o Estado seriam necessárias para que a humanidade seguisse seu curso natural, onde cada sujeito faria sua parte no ecossistema social e a autorregulação aconteceria naturalmente sem qualquer interferência externa de forma que a sociedade alcançasse seu clímax.

Rapidamente a ideologia *New Age* da autogovernança cibernética das redes (*self-organizing networks*) expandiu-se a todos os quadrantes sociais, influenciando, por exemplo, a emergência de comunidades (*hippies*) que se aspiravam à autossustentabilidade e à dissolução de hierarquias nas estruturas de poder. (MATOSO, 2015, p. 18)

É devido à autossustentabilidade que, conforme nos mostra Turner (2006), essas comunidades alternativas começam a se interessar pela ciência de maneira a considerá-la como algo fora da ideologia, isenta, fora do político e da política.

Retomando as considerações que foram feitas até o momento, percebemos que temos elementos conceituais vindos da biologia de Tansley, notadamente as questões de autorregulação de ecossistemas e retroalimentação, que foram levadas para outras áreas da ciência como a engenharia, e que foram produzindo uma visão de uma sociedade ideal, onde não poderia haver interferências hierárquicas ou de elementos vindos de fora dessas comunidades. Onde a crença maior se fazia na autorregulação dessas mesmas comunidades e sua retroalimentação pelos próprios sujeitos.

Num próximo passo, e aqui nos aproximamos de uma compreensão de como esse deslocamento temporal até um dos princípios fundamentais da biologia se conecta com o EdgeRank do Facebook, temos esses membros das comunidades alternativas dos Estados Unidos fazendo parte do princípio daquilo que podemos chamar de internet moderna. É o que Turner nos traz em seu livro “*From counterculture to cyberculture*”, contando como esses *hippies* americanos migraram para o Vale do Silício e como sua crença na ciência como algo isento e fora da ideologia moldou a cibercultura que temos hoje.

Ou seja, podemos perceber pelos autores aqui citados que os princípios de criação da internet moderna passam pelas ideias de autorregulação dos sistemas, como se fosse possível não haver qualquer interferência externa, ideológica, política. Podemos perceber essas crenças refletidas na aversão que as grandes empresas do Vale do Silício têm a assuntos que buscam regular de alguma forma a navegação nos espaços *online*.

Com relação à retroalimentação, podemos observar esse conceito sendo usado no desenvolvimento dos algoritmos, uma vez que eles são alimentados por dados que os sujeitos que navegam em sites como o Facebook vão fornecendo voluntária ou involuntariamente. São esses os dados que permitem que sejam traçados perfis cuja função é direcionar certos conteúdos em detrimento de outros. É a ideia de retroalimentação que fornece a possibilidade de se considerar que sujeitos podem ser transformados em dados. Porém, essa premissa

básica dos dados não considera, como pudemos observar no decorrer do texto, o funcionamento da ideologia que, como afirma Pêcheux, é um ritual com falhas. E é pensando nessa falha da ideologia, na heterogeneidade do sujeito interpelado pela ideologia, que pensamos as formações algorítmicas.

2. As formações algorítmicas

Conforme demonstramos acima, compreendemos que há um apagamento do sujeito na relação com o digital. Como se os algoritmos, por exemplo, não tivessem sido escritos por um sujeito, histórica e ideologicamente constituído. Essa questão dos algoritmos vem despertando grande interesse e estabelecendo novos desafios para a Análise de Discurso, no que diz respeito ao seu entendimento. Afinal, como pensar, pela Análise de Discurso, uma questão cujo funcionamento é motivo de segredo empresarial? Para responder a essa questão, é sempre importante lembrar que em AD sempre vamos pensar nos efeitos de sentido, mesmo que tivéssemos acesso ao funcionamento do algoritmo.

Mas, por que entender os algoritmos é importante para entender as formações algorítmicas (FAs)? Inicialmente temos que definir o que estamos chamando por formação algorítmica. As FAs são “o todo complexo de algoritmos que compõem” (FERRAGUT, 2018, p. 43), não apenas a internet, mas diversas outras ordens do discurso digital. A frase anterior é uma paráfrase da citação de Pêcheux (2014), quando afirma que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas” (PÊCHEUX, 2014, p. 149). Porém, cabe aqui uma explicação sobre o que foi escrito no texto (FERRAGUT, 2018) que nos serve de referência. Lá afirmou-se que

assim como toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao todo complexo com dominante das formações discursivas, a formação algorítmica do Facebook, por exemplo, dissimula sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações algorítmicas (FERRAGUT, 2018, p.43).

Com isso, podia-se produzir a interpretação de que a “formação algorítmica do Facebook” dizia respeito ao funcionamento do algoritmo do Facebook. Hoje, revisitando os escritos, podemos perceber que tal interpretação se tornava equívoca: o que, então, diferenciava um algoritmo de uma formação algorítmica? Tal interpretação acaba atrelando a denominação da formação algorítmica à plataforma digital pela qual circulam os sentidos. Se fosse pelo Facebook, a FA seria chamada FA do Facebook. Se pelo Google, FA do Google. E assim por diante. O que proporemos em seguida é uma outra formulação para entender a questão das FAs, denominando-as não pelo meio pelo qual circula o discurso, mas pela formação discursiva que atravessa o algoritmo na relação homem-máquina. Expliquemo-nos.

Imaginemos a situação hipotética em que um sujeito, inscrito numa determinada formação discursiva, faz uma busca pelo Google¹. Ao digitar as primeiras letras, o buscador oferece várias opções para completar a frase antes que o sujeito termine de executar a tarefa. Se observarmos a Gráfico 1 (abaixo), a digitação é representada pela primeira seta, primeiro movimento de sentidos, que sai da formação discursiva e atravessa o algoritmo. Essa ação do sujeito leva o algoritmo do Google a apresentar as opções para completar a frase para a busca. Quando a ferramenta de busca começa a oferecer os resultados, temos a segunda seta, o segundo movimento de sentidos. Esse resultado oferecido pelo buscador, sejam imagens, vídeos ou sites, é resultado da relação de sentidos entre o sujeito e a máquina algorítmica, e é esse efeito que leva o nome de formação algorítmica que, por sua vez, tem relação com a memória digital, definida por Dias (2018) como “o lugar da contradição, onde a memória escapa à estrutura totalizante da máquina (memória metálica), saindo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva)” (p.105). Ou seja, temos uma série de discursos circulando pelo digital, naquilo que Orlandi (2012) define como memória metálica (efeito de memória). Esses arquivos que circulam pelo digital, quando o sujeito faz sua busca no Google, acabam por escapar à injunção da máquina, inscrevendo-se no interdiscurso. “Daí a relação com a memória discursiva, onde o estabilizado no eixo do repetível, do dado, se desloca, rompe com um funcionamento

algoritmizado, inscreve-se na história” (DIAS, 2018, p. 105). Essa inscrição na história é o que representamos pela seta três, ou terceiro movimento de sentidos.

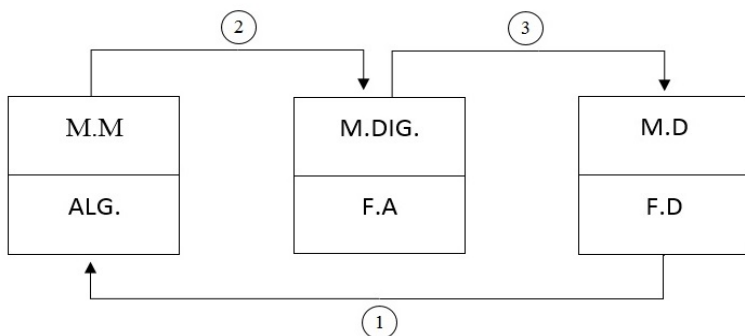


Gráfico 1² – Funcionamento das Formações Algorítmicas

M.M: Memória metálica

ALG: Algoritmo

M.DIG: Memória digital

F.A: Formação algorítmica

M.D: Memória discursiva

F.D: Formação discursiva

Retomando a importância de entendermos o funcionamento do algoritmo, podemos dizer que sem uma noção básica de como funciona esse algoritmo será impossível entender o que leva a máquina a varrer a memória metálica e trazer ao sujeito que faz uso do Google, por exemplo, os resultados que apresenta. Não podemos desconsiderar o fato de que não temos acesso às linhas de código que realizam essa tarefa, e, mesmo que tivéssemos, não há garantia de que entenderíamos o processo em sua totalidade. Ainda assim, é importante termos uma noção básica dos princípios que levaram à elaboração de tais códigos e o que eles levavam em consideração. Dessa forma, poderemos compreender o que essas empresas que oferecem seus serviços na internet levam em consideração antes de trazer seus resultados aos sujeitos. Ou seja, entender como o algoritmo funciona mostra-se extremamente importante para entendermos como

esses discursos escapam da repetição formal e se inscrevem no interdiscurso.

No item a seguir, traçaremos um breve perfil do MPL e do MBL, situando-o no âmbito das condições de produção do sentido da Avenida Paulista, para que em seguida possamos realizar a análise mobilizando o conceito de formação algorítmica.

3. Do MPL ao MBL: a Avenida Paulista

Os movimentos de rua ganharam força no período entre 2013 e 2016. Após um apagamento de vinte anos, uma vez que as últimas grandes manifestações de rua foram pedindo a saída do então presidente Fernando Collor de Melo, no início dos anos 1990, a população volta aos espaços públicos exigindo mudanças.

No ano de 2013, tivemos o que se convencionou chamar de “Jornadas de Junho”. As manifestações que tomaram conta do Brasil neste período tiveram início na cidade de São Paulo e foram motivadas pelo aumento de R\$ 0,20 na tarifa do transporte público da cidade. A manifestação foi liderada pelo Movimento Passe Livre (MPL) (BUCCI, 2016). No primeiro grande ato, em 6 de junho daquele ano, houve a presença de 2 mil manifestantes (*Idem*). No quinto ato, realizado no dia 17 do mesmo mês, foram contabilizadas 250 mil pessoas (*Ibidem*).

Sendo o MPL o protagonista dessa mobilização, cabe aqui contarmos um pouco de sua história. Conforme informado em sua página no Facebook,

o MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre. Mas antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005). (PASSE LIVRE SÃO PAULO, 2011)

Sendo assim, temos o MPL como um movimento que surgiu das ruas e teve nela sua principal forma de mobilização. Prova disso é que a primeira publicação de sua página no Facebook só aconteceu em 2011. A página hoje tem aproximadamente 325 mil curtidas. O

movimento não possui canal no Youtube, e sua conta no Twitter tem pouco menos de 5.500 seguidores.

Embora o MPL tivesse amplo protagonismo nas manifestações de 2013, nos anos seguintes, as manifestações contra o aumento de tarifa não tiveram a mesma adesão. Nos dias de hoje, conforme é possível acompanhar pela agenda de eventos disponível em sua página no Facebook, o MPL ainda organiza protestos com o mesmo tema, porém com adesão muito menor.

Traçando um paralelo com esse movimento que surgiu das ruas, temos o Movimento Brasil Livre (MBL), que conforme um de seus fundadores já destacou, surgiu da união entre ele e um amigo descontente com a reeleição de Dilma Rousseff (GONZATTO, 2015). Tendo como principal plataforma de comunicação o meio digital, o MBL afirma em sua conta no Facebook que foi fundado em 1º de novembro de 2014 (embora a conta do Youtube do movimento tenha data de abertura em 17 de outubro do mesmo ano). Sua primeira manifestação contra a presidente Dilma ocorreu logo após as eleições de 2014 e levaram aproximadamente 5 mil pessoas à Avenida Paulista, na cidade de São Paulo (GONZATTO, 2015).

Em sua maior manifestação, no dia 13 de março de 2016, de acordo com dados da Polícia Militar divulgados pelo jornal O Estado de São Paulo (2016), foram à Avenida Paulista aproximadamente 1,4 milhão de pessoas.

Conforme podemos ver, a Avenida Paulista foi “lugar” dessas grandes manifestações. Em termos discursivos, trazendo as condições de produção e a memória discursiva, a Avenida Paulista se constitui como um espaço camaleônico, capaz de transformação.

Faremos aqui uma breve discussão sobre as condições de produção e, mais adiante no texto, introduziremos a noção de memória discursiva discutindo seu estatuto teórico no modo de ocupação da Paulista, objeto de análise que tomamos para observar a formação algorítmica, nesse artigo. Sobre condições de produção, Pêcheux (2014) afirma que

[...]a um estado dado de condições de produção, corresponde uma estrutura definida dos processos de formação do discurso a partir da língua, o que significa que, se o estado das condições é fixado, o conjunto dos discursos de serem engendrados nessas condições manifesta invariantes semântico-retóricas estáveis no

conjunto considerado e que são características do processo de produção colocado em jogo. Isto supõe que *é impossível analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção[...] (PÊCHEUX, 2014, p. 78 – destaques do autor).

O que o autor nos apresenta acima é que ao pensar em condições de produção temos que levar em conta não apenas o discurso transparente que se mostra numa camada mais superficial. Devemos definir tal discurso ao estado das condições de produção. Isso porque quando colocamos em perspectiva os diversos discursos possíveis em determinada condição de produção mostra-se o processo de produção colocado em jogo. Não é possível pensar condições de produção sem pensar nesse jogo, e é isso que faremos ao historicizar a Avenida Paulista nas linhas a seguir.

Historicamente, a Avenida Paulista, conforme nos apresenta Shibaki (2007), foi fundada em 1891 pelos sócios Joaquim Eugênio de Lima, João Augusto Garcia e José Borges Figueiredo. O intuito era construir uma área onde pudesse habitar a oligarquia paulista. De acordo com Homem (1996), a intensão era manter as camadas mais elitizadas da cidade longe dos focos de doenças e das aglomerações menos abastadas.

Em pouco tempo, o local passou a ser ocupado por casarões das figuras economicamente proeminentes da época. Como explica Toledo (1987), entre os figurões não estavam apenas os donos das fazendas de café, mas também os banqueiros, grandes comerciantes e imigrantes que enriqueceram das mais variadas formas.

Ainda no final do século XIX, o local torna-se ícone da cidade, não só pelas belas construções, mas por oferecer grande rede de infraestrutura e urbanismo, como gás, água, esgoto, linha de bonde e pistas largas desenhadas nos moldes das cidades europeias visitadas pelos moradores à época (SHIBAKI, 2007).

Sua verticalização teve início após a quebra da bolsa em 1929 (D’ALESSIO; SOUKEF; ALBARELLO, 2002). Com o ocorrido, as fortunas se dissipam e fica difícil manter os luxos de outrora. Portanto, os investidores imobiliários acabaram por adquirir tais terrenos,

principalmente após a promulgação da lei autorizando a construção de edifícios residenciais e comerciais em 1936, sem interesse nas construções, mas sim nos enormes espaços onde estavam construídos. (D’ALESSIO; SOUKEF; ALBARELLO, 2002)

Sendo assim, já na década de 1950, começam a aparecer os primeiros edifícios comerciais, tendo como marco principal o Conjunto Nacional, que foi anunciado como o primeiro *shopping center* do Brasil. (FRÚGOLI JR., 2000)

Embora ainda apresente até hoje muitos edifícios residenciais, nas décadas de 1970 e 1980 a Paulista começa a receber também as sedes de instituições financeiras e importantes federações patronais. (FRÚGOLI JR., 2000)

Como pudemos observar neste breve recorte histórico sobre a ocupação da Avenida Paulista, ela passou da mão dos grandes fazendeiros do final do século XIX para as empresas financeiras e comerciais. Tal movimento, acreditamos, mostra que a propriedade da avenida acompanhou a direção do capital durante o transcorrer do século XIX, sem, no entanto, deixar de representar o poder econômico da classe dominante.

Sobre o fato de a Avenida Paulista não ter perdido seu prestígio neste mais de um século de existência, Shibaki (2007) apresenta algumas hipóteses que nos parecem interessantes de ressaltar. Entre elas estão a

localização no espaço da metrópole, pois desde sua abertura, feita no espigão central de São Paulo, tornou-se singular e privilegiada com referência às outras avenidas que pudessem disputar com ela em relação à localização; prestígio, sendo que, também desde sua abertura, sendo construídos casarões e ao longo de suas consecutivas transformações, seu espaço sempre conseguiu manter *status* e prestígio, seja com casarões, com as sedes financeiras ou com centros culturais; acessibilidade, pois a Paulista sempre foi bem servida em relação à malha de transportes, no início com os bondes e, em seguida, com ônibus e metrô, além de faixas para automóveis; simbologia, independente das razões que a elegeram como um símbolo e cartão-postal de São Paulo, há uma manutenção dessa simbologia por parte de manifestações públicas e privadas;

visibilidade, pois em seu espaço estão localizados vários transmissores de televisão e rádio, além da sede de uma emissora de televisão, tendo com esses aspectos conexão contínua para o mundo todo e em tempo real, o que atrai toda e qualquer manifestação que necessite de divulgação tanto em termos locais, quanto nacionais e internacionais; e âncoras culturais, como já exemplificamos, como, por exemplo, o MASP, a Casas das Rosas e outros importantes centros culturais. (SHIBAKI, 2007, p. 115)

Tendo tais fatores em vista, acreditamos que, as ocupações da Paulista pelo MPL e pelo MBL buscam visibilidade, naquele que pode ser considerado o local mais emblemático da cidade. Mas também sustentamos que a forma de ocupação desse espaço simbólico significante é distinta para os dois movimentos. O sentido produzido pela ocupação de um e de outro é diferente pois significa em formações discursivas diversas. A ocupação da Paulista pelo MPL produz um sentido de ocupação a partir de uma filiação de sentido da oposição, ou seja, oposição não apenas político-partidária mais específica, mas no sentido mais amplo de uma ideologia capitalista, representada pela imagem simbólica da Paulista. Paralisar o trânsito num dia de semana, na avenida que possui representações de uma série de instituições financeiras e patronais, é um gesto simbólico de afronta, uma tentativa de mostrar seu poder contra quem detém os meios econômicos. Também para o Estado e para boa parte da sociedade esse sentido de afronta e de “ocupação” pelo MPL significa de uma certa forma, não como um direito de manifestação em um espaço público, mas como invasão, depredação de um patrimônio e símbolo financeiro. O imaginário aí funciona diferentemente em relação a quem ocupa.

Por sua vez, ao ocupar a Avenida Paulista num domingo, o MBL mobiliza outros sentidos, filiados à situação discursiva dessa avenida num domingo, significada como espaço de lazer. Ou seja, a ideologia que mantém a organização pela normalidade, e o desenvolvimento pela manutenção do funcionamento das instituições que sustentam a máquina capitalista, dentre as quais podemos citar a família, os prédios, o trânsito, enfim, a organização do espaço urbano. O gesto simbólico não é o da afronta a essa organização e ao que ela significa,

mas o do direito à mobilização no espaço público dentro da ordem capitalista. Prova disso é que o aparato do Estado, como a Polícia Militar, funciona de modo a proteger os manifestantes, o que não ocorre numa manifestação do MPL, na qual o aparato do Estado dedica-se a proteger o patrimônio público e privado da depredação, sentido esse que antecipa o ato de violência e ilegalidade do movimento, significando suas reivindicações como ilegítimas, fora de lugar. Numa manifestação do MBL aos domingos nenhuma intervenção séria é criada na circulação urbana. Os prédios financeiros estão vazios, o que pode, inclusive, permitir que pessoas relacionadas a tais instituições participem da ocupação. Não há confronto direto com nenhuma instituição, nem mesmo com a Polícia Militar, que em 2013 chegou a atirar balas de borracha contra os manifestantes do MPL.

4. Analisando as Imagens das Manifestações

Dadas as considerações acima, acreditamos ser possível iniciar as análises das imagens das manifestações realizadas em 2013 pelo Movimento Passe Livre e em 2016 pelo Movimento Brasil Livre. Antes disso, porém, faremos algumas considerações sobre questões envolvendo a interpretação de imagens de acordo com o trabalho de Costa (2014). Segundo a autora,

[...]a imagem e suas discursividades são afetadas pela memória discursiva, essa que se constitui pelo esquecimento, recai sobre a formulação, ressaltando que quando nos referimos à formulação, estamos considerando tanto a formulação da própria imagem, quanto a formulação do dizer sobre ela. E, ainda, o fato de a memória poder ser atualizada justamente pelas discursividades da imagem visto a possibilidade de a imagem funcionar como um operador de memória[...] (COSTA, 2014, p. 104).

Em outras palavras, o que Costa nos traz é que na formulação da imagem ou do dizer sobre ela, o que temos é a imagem e suas discursividades afetadas pela memória discursiva³. Esta, por sua vez, é constituída pelo esquecimento. Esse esquecimento que constitui a memória discursiva recai sobre a formulação. Ou seja, ao

formularmos uma imagem ou os dizeres sobre ela, o que está em jogo é o esquecimento que constitui a memória discursiva. Somado a isso, temos o fato de que a imagem e memória podem funcionar como um jogo de apoio entre elas mesmas: a imagem retoma uma memória e, ao mesmo tempo, a memória retoma uma imagem. Como se de forma transparente, uma imagem de uma manifestação, como as que traremos a seguir, funcionasse na memória como o acontecimento da manifestação. Sabemos, pois, que tal relação imagem-mundo não acontece na transparência, mas, sim, na opacidade, na retomada da memória esburacada que tenta dar sentido àquilo que se vê.

Sendo assim, daremos início aos primeiros gestos de análise a partir da noção de Formação Algorítmica, na tentativa de colocá-la como parte de um dispositivo teórico maior.



Imagem 1 – Manifestação MPL 2013.

A primeira imagem que trazemos diz respeito às manifestações organizadas pelo Movimento Passe Livre em 2013. No caso acima, a imagem mostra os manifestantes na Avenida Paulista, em 17 de junho de 2013, uma segunda-feira, protestando contra o aumento da passagem dos ônibus na capital paulista em R\$ 0,20.

Das diferentes interpretações e análises que poderiam ser feitas desta imagem, o que nos interessa é o retrato de heterogeneidade que ela produz.

Mesmo tendo sido uma foto noturna, é preciso destacar que podemos ver os rostos dos manifestantes, alguns segurando faixas e cartazes, sorrindo, ou mesmo com olhares perdidos na multidão. As roupas que vestem também se diferem: alguns usam touca, outros,

boné, alguns com o cabelo raspado, outros com cabelo comprido, homens, mulheres...

Uma infinidade de sujeitos presentes em sua heterogeneidade ocupando a Avenida Paulista. Neste trecho, nos chama a atenção uma indistinção, pois, embora saibamos que esta foto foi feita na Avenida Paulista por causa da legenda dela na matéria onde foi publicada, ao olharmos a foto, essa identificação do lugar fica bem mais difícil. Uma das características que nos permitem concluir que de fato é a Paulista, é o formato peculiar das entradas do metrô, que têm o teto ondulado e um deles pode ser visto ao fundo da foto. Aqui, exploraremos o processo de identificação e produção de sentido da imagem pela memória do metrô na Avenida Paulista em dias de manifestação.

Tal gesto analítico que leva em conta o metrô como uma marca discursiva, é significativo da imagem, uma vez que, dependendo de quais são os sujeitos que se manifestam na Paulista, o metrô significa a avenida de diferentes maneiras. Embora possa ser significado como representando o público, o transporte público para as massas, o metrô na cidade de São Paulo possui certas condições de produção que não podem simplesmente ser descartadas pela análise. Inicialmente, devemos lembrar que o metrô não transita por toda a cidade, tendo sua circulação restrita a áreas não muito longe do centro. Ou seja, embora seja um transporte público, o trabalhador da periferia nem sempre pode contar com o metrô para viagens entre sua casa e o trabalho. O público do metrô é um público restrito. Quando tratamos especificamente da linha do metrô que passa pela Avenida Paulista, percebemos que estamos lidando com características ainda mais restritas. São trens, geralmente, em bom estado de conservação, em que o ar-condicionado funciona, há agentes de segurança em todas as estações e atrasos são muito raros de acontecer. Um verdadeiro contraste quando levamos em consideração o que é o transporte público em outras áreas da cidade.

Tal diferenciação é refletida também no público que faz uso desse meio de transporte na região da Avenida Paulista. No geral, o que se vê são funcionários dos escritórios que funcionam na avenida, quase sempre usando roupa social e levando suas mochilas com o computador que usam para trabalhar. Sendo assim, quando há uma manifestação como a do Movimento Passe Livre, e aqueles que não

deveriam estar na Paulista usando seu metrô aparecem, algo faz com que toda essa dinâmica se quebre e o metrô para de circular. É importante lembrar que o metrô é uma empresa de economia mista, em que o Estado de São Paulo detém a maior parte do poder de decisão. Em outras palavras, quando o metrô fecha, essa ordem é uma ordem do Estado para que as pessoas deixem de circular. Sendo assim, o que queremos colocar é que essa tecnologia urbana produz um modo de significar a Avenida Paulista, seja quando do seu funcionamento diário, seja durante as manifestações que lá ocorrem.

Isso nos leva a uma outra pergunta: quais outras formas de significar a Avenida Paulista estão nesta foto?

Não podemos nos esquecer que a Avenida Paulista sempre representou o poder econômico não apenas de São Paulo, mas do Brasil. Portanto, ter este lugar de destaque nacional ocupado por um movimento que a princípio estava diretamente ligado ao combate às privatizações no setor de transporte coletivo paulistano, produzia certos sentidos. O ato simbólico de ocupar a Paulista e travar o acesso à avenida onde estão prédios que representam instituições financeiras e patronais é, sem dúvida, muito forte.

Para dar continuidade à nossa análise, traremos a seguir uma foto da Avenida Paulista ocupada pelo Movimento Brasil Livre em 13 de março de 2016, um domingo, com manifestantes pedindo o impedimento da então presidenta Dilma Rousseff.



Imagem 02 – Manifestação MBL – 2016.

Assim como na imagem 01, muitas análises poderiam ser feitas. Porém, para os fins aqui pretendidos, a partir do funcionamento da Formação Algorítmica, nos ateremos ao efeito de homogeneidade na fotografia. Esta homogeneidade pode ser atribuída a uma série de características apresentadas, mas a que mais nos chama a atenção é o fato de que quase todos os manifestantes vestem uma camiseta amarela ou verde, o que produz um efeito de “uniformidade”.

Isso, de alguma forma, faz com que o sujeito, heterogêneo em sua singularidade, dilua-se na imagem, dando um sentido de unidade, homogeneidade, na massa que protesta. A Avenida Paulista, ao contrário do que aconteceu na imagem de 2013, é destaque na foto. O prédio da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), sindicato patronal, é mostrado ao fundo, junto com o “pato”, símbolo de uma campanha organizada pela federação para derrubada do governo petista.

Mas o que tem isso com a questão das Formações Algorítmicas?

Para nós, há uma importante relação entre o digital, em especial o Facebook, e o ciclo de manifestações que ocorreu entre 2013 e 2016. Isso porque, em grande parte, as mobilizações foram convocadas pela rede social em questão e, como afirma Dias (2011), a cidade se modifica em função do digital. Ou seja, entender discursivamente os algoritmos nos ajuda a pensar as mudanças ocorridas na cidade, e isso é possível pelas formações algorítmicas, pelo modo como ela dissimula, pela transparência da própria ocupação, sua dependência do digital como um complexo interdiscursivo.

Diante das análises feitas até agora, podemos afirmar que enquanto o MPL está filiado a uma formação discursiva antineoliberal, voltada para a defesa daqueles em vulnerabilidade econômica, ao menos no que tange à gratuidade do transporte público (variação), o MBL, por sua vez, filia-se a uma formação discursiva nacionalista, que se manifesta, entre outras formas, na utilização de cores da bandeira nacional (uniformização). Ambas as formações discursivas atravessam e são atravessadas pela memória metálica e se filiam a formações algorítmicas antineoliberais e nacionalistas, cujo efeito são ocupações distintas da Avenida Paulista, o que estou chamando de efeito de variação e efeito de uniformização, para o MPL e o MBL, respectivamente.

Explicando melhor o que afirmamos acima, a formação discursiva dominante do MPL, antineoliberal, no movimento de sentido que atravessa a memória metálica do Facebook, é “lida” pelo site que, pautado nisso, distribuiu as convocações relativas aos protestos a sujeitos que ele entende estarem inscritos nessa mesma formação discursiva dominante. O mesmo aconteceu com o MBL, mas as convocações para as manifestações foram apresentadas aos sujeitos inscritos a uma formação discursiva nacionalista. Esse nacionalismo foi expressado pelos sujeitos nas camisetas da CBF ou com as cores verde e amarela que podem ser vistas na Imagem 2. Entendemos que dessa forma se deram os efeitos de homogeneidade e heterogeneidade, variação e uniformização, que pudemos observar.

Retomando, essa “seleção” de quem recebe ou não as postagens, é feita pelos algoritmos. Porém, quando pensamos nas formas como essa “seleção” é feita, e no seu funcionamento, não podemos desconsiderar que essas linhas de código foram escritas por sujeitos interpelados pela ideologia, assim como os sujeitos que recebem são também ideologicamente constituídos. Daí considerarmos que não sendo os algoritmos “isentos”, “neutros”, mas constituídos por formações, ou seja, determinados por uma relação com o conhecimento em certas condições de produção, podemos chamá-los Formações Algorítmicas que se diferem do algoritmo quando pensamos nesse atravessamento da máquina pelo sujeito. O que tivemos aqui, pensando no esquema apresentado mais acima, foi a formação discursiva dominante nas manifestações atravessando a memória metálica e o algoritmo do Facebook, resultando na formação algorítmica das manifestações, que pela memória digital se inscreveram na história, na cidade, ressignificando o espaço urbano.

Com isso, acreditamos que a forma de ocupar esse espaço da cidade tenha relação direta, embora não exclusiva, com a Formação Algorítmica e, consequentemente, com os algoritmos que regem o funcionamento da rede social que mais foi utilizada para divulgação dos atos públicos: o Facebook.

Ou seja, a forma como a formação algorítmica das manifestações fez com que os sentidos circulassem pelo digital implicou em efeitos distintos na ocupação da cidade. Usamos aqui a palavra “efeito” porque sabemos que por se tratarem de sujeitos compondo a

manifestação não é possível falar em homogeneidade real, uma vez que são sujeitos heterogêneos.

5. Conclusão

O que buscamos demonstrar nessas linhas foi que a cidade se modifica em função do digital, conforme afirma Dias (2011). E que, para além disso, o digital é constituído e modificado pelos sujeitos. Estes, por sua vez, são modificados pelo digital, modificando a cidade, conforme demonstramos na Gráfico 1 que apresentamos.

O que nos questionamos agora é: como sentidos distintos se colocam em marcha sobre a Avenida Paulista nesses protestos?

No caso do MBL, onde é possível observar uma uniformização, homogeneidade, na ocupação da avenida, devemos lembrar que essa homogeneidade se dá na produção do consenso, do sentido único, uniforme, da falta de reflexão e compreensão da complexidade dos processos, que são sempre contraditórios e afetam os sujeitos de modos distintos.

Ainda sobre o MBL, há toda uma filiação aos sentidos da direita nacionalista, pelas cores da bandeira, à CBF, pela camiseta da seleção usada pelos manifestantes. É possível ver aqui como os escândalos de corrupção da entidade máxima do futebol brasileiro são “esquecidos” numa tentativa de demonstração de pretenso patriotismo ao usar parte do uniforme da seleção brasileira de futebol. E aqui devemos nos questionar mais uma vez sobre quem tem direito a ocupar a Paulista, uma vez que, embora nem todos estivessem com uma camiseta oficial da seleção, quem estava teve que pagar muito caro para ostentar seu patriotismo. Para quem pode gastar o equivalente a quase um quarto do salário mínimo numa camiseta para protestar, a Avenida Paulista e o metrô que dá acesso a ela sempre estarão abertos para a livre circulação.

Quando pensamos sobre o MPL, as filiações são outras. Não há uniforme para protestar. A heterogeneidade que se apresenta é resultado da abrangência da causa colocada em jogo. O trabalhador que chega à Paulista para protestar após um dia de trabalho não tem uniforme, sua roupa é a mesma do trabalho. O mesmo pode ser dito sobre os estudantes que participaram do movimento.

É preciso deixar claro, porém, que não acreditamos serem essas as únicas causas que levaram tais manifestações a terem essas

características quando da ocupação da cidade. Mas, por outro lado, também acreditamos que não considerar o efeito do atravessamento do digital pelos sujeitos resultaria numa análise incompleta desses acontecimentos.

Sendo assim, o esforço de formulação e teorização de novas noções analíticas para melhor entender esse atravessamento se faz necessário e o fazemos com o intuito de contribuir, não para uma nova Análise de Discurso, mas, sim, para um caminho melhor pavimentado por onde possamos seguir na compreensão dos processos de produção dos sentidos pelo discurso digital.

Referências bibliográficas

BUCCI, E. (2016) *A forma bruta dos protestos – Das manifestações de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. São Paulo: Companhia das Letras.

COSTA, G. C. (2014). *Uma imagem e suas discursividades: memória, sujeito e interpretação*. Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos, 101 - 113. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao34/artigo6.pdf>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

D’ALESSIO, V.; SOUKEF, A.; ALBARELLO, E. (2002). *Avenida Paulista: a síntese da metrópole*. São Paulo: Dileto Latin American Documentary.

DIAS, C. P. (2018). *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas: Pontes.

DIAS, C. P. (2011). *e-Urbano: a forma material do eletrônico*. In: Dias, C. (Org.) *E-urbano* [online]. Campinas: Labeurb-Nudecri/Unicamp. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/pdf/eurbano2.pdf>>.

Acesso em: 17 de janeiro de 2019.

ESTADO DE SÃO PAULO, O. (2016). *Maior manifestação da história do País aumenta pressão por saída de Dilma*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2019.

FERRAGUT, G. (2018). *Sentidos em circulação pelo digital: Justiça e Polícia e seus efeitos na sociedade*. Dissertação. Mestrado em Divulgação Científica e Cultural. Campinas: Universidade Estadual de

Campinas.

FRÚGOLI JR., H. (2000). *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez Editora da Universidade de São Paulo.

GONZATTO, M. (2015). *Quem são os articuladores nacionais dos protestos contra Dilma*. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/03/quem-sao-os-articuladores-nacionais-do-protesto-contradilma-4718377.html#showNoticia=bWo0Nm82eGM5MTkxMDUyNjY0MDM5ODA5MDI0fCpRNjE3NTAxMjAwNDc0MTc0NjU5NiFYRjU3NzA3MDM5ODY5ODIxMjU1NjgxmwyXn4vSHNocT0tKF0saUU>>.

Acesso em: 10 janeiro de 2019.

HOMEM, M. C. N. (1996). *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes.

KATO, D. S.; MARTINS, L. A. C. P. (2016). *A “sociologia das plantas”: Arthur George*

Tansley e o conceito de ecossistema (1935). Filosofia e História da Biologia, São Paulo,

v.11, n.2, p. 189-202, 2016. Disponível em:

<http://docplayer.com.br/49855623-Asociologia-de-plantas-arthur-george-tansley-e-o-conceito-de-ecossistema-1935.html> .

Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

MATOSO, R. (2015). *Redes, cibernética e neuropoder: breve estudo do contexto cibernético*

actual. Lisboa. Disponível em:

https://www.academia.edu/11837553/Redes_Cibern%C3%A9tica_e_Neuropoder_breve_estudo_do_contexto_cibern%C3%A9tico_actual

. Acesso em: 15 de fevereiro 2019.

ORLANDI, E. P. (2012). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes Editores.

PARISER, E. (2012). *O Filtro Invisível: o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

PASSE LIVRE SÃO PAULO. (2011). *Sobre o MPL*. Disponível em:

<https://www.facebook.com/pg/MovimentoPasseLivrempl/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.

PÊCHEUX, M. (2014). *Análise Automática do Discurso* [1969]. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do*

discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp.

PÊCHEUX, M. (2015). *Papel da memória*. In: *Papel da memória*. Campinas: Pontes.

SPLK, F. R.; NAIME, R. (2012). *O padrão da (des)ordem da natureza*. Novo

Hamburgo: Universidade Feevale. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/299397506_O_padrao_da_desordem_da_natureza

Acesso em: 05 de fevereiro de 2017.

TURNER, F. (2006). *From Counterculture to Cyberculture*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.

TOLEDO, B. L. de. (1987). *Albúm Iconográfico da Avenida Paulista*. São Paulo: Ex Libris.

Palavras-chave: AAD-69, formações algorítmicas, MBL

Keywords: AAD-69, algorithmic formations, MBL.

Notas

* Doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas.

¹ Esse exemplo foi pensado em conversa com Allan Kern e será aprofundado em um artigo a ser publicado.

² Gráfico desenvolvido em parceria com Cristiane Pereira Dias e André Silva Barbosa.

³ Para Pêcheux (2015), “memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (p.46).